

**A REPRESENTAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NO LIVRO
DIDÁTICO DO ENSINO MÉDIO**

Fabiane Dalben de FARIA

Fernanda Oliveira SOUZA

Juliane FRANÇOZO

Shirley Pereira ARAUJO

(Orientadora): Profa. Dra. Terezinha de J. M. Maher

RESUMO: O Brasil é um país que se caracteriza pela grande diversidade de grupos étnicos existente em seu território: há, no país, 220 povos indígenas distintos, compondo, em seu conjunto, uma população atual de aproximadamente 370 mil pessoas. Cada um desses povos se diferencia dos outros por diversos fatores: língua, crenças, valores e costumes. Cada um desses povos tem, portanto, sua especificidade cultural.

Considerando que a escola seria um dos locais responsáveis por apresentar, de forma crítica, toda essa diversidade étnica aos alunos, esse trabalho tem por objetivo analisar o modo como a questão indígena no Brasil é tratada em um conjunto de livros didáticos de Língua Portuguesa utilizados no Ensino Médio.

Palavras-Chave: Lingüística Aplicada, Diversidade Lingüística e Cultural, Povos Indígenas, Livro Didático.

Introdução

A escola é um lugar importante de atribuição de significados e construção de identidades sociais. É também nela que o aluno constrói uma identidade para si mesmo e atribui identidades aos outros, pois, segundo MOITA LOPES (2002, p.16), os discursos que circulam na sala de aula exercem influência “na definição de como aprendemos a nos representar e a representar os outros no mundo social”. Sabemos que o discurso proferido pelo professor é fundamental nos processos de construção de identidades na sala de aula. Mas igualmente importante, nesse sentido, é o discurso veiculado pelo livro didático. A forma como esse discurso se configura contribui para que o aluno forme, em seu imaginário, uma identidade para si e uma identidade para o que lhe é apresentado, estabelecendo, entre elas, certas relações. E qual vem sendo o tratamento dado à questão indígena pelos livros didáticos nacionais?

A compreensão que temos dos povos indígenas em nosso país é, freqüentemente, marcada pelo preconceito e pela discriminação. Segundo MAHER (2005, p.75), “(...) a desinformação faz com que o lugar ocupado pelo

índio no imaginário do brasileiro seja, quase sempre, o lugar dos equívocos”. Um desses equívocos – que muitos livros didáticos se encarregam de divulgar – diz respeito ao “descobrimento”, por parte de Portugal, de nosso país. Na verdade, não poderíamos chamar de descobrimento o que foi, de fato, uma invasão, uma ocupação forçada, por parte dos europeus, de terras já habitadas. É necessário que os livros didáticos ajudem os alunos brasileiros a conhecerem a história real de seu país:

“É preciso ensinar às crianças brasileiras desde a mais tenra idade, que o Brasil tinha donos quando os europeus aqui chegaram. É da maior importância esclarecer que houve um projeto europeu, em nada pacífico, de conquista e que os povos indígenas aqui lotados perderam essa guerra. Insisto: é fundamental que se diga, sem meias palavras, que os portugueses invadiram, ocuparam à força as terras desses povos”. (MAHER, op. cit., p. 78).

Um outro equívoco no que diz respeito aos povos indígenas que habitam o nosso país é a forma como nos referimos a eles. Embora seja possível, algumas vezes, fazer certas generalizações, pois, afinal, esses povos compartilham o fato de terem uma origem pré-colombiana e de terem em comum uma história traumática de contato com a sociedade nacional, não podemos nos esquecer de que eles diferem entre si de forma significativa. Entretanto, o que é quase sempre apresentado aos alunos, pelo livro didático, é um “índio genérico”: esconde-se, de uma só vez, a cultura e a história de cada um desses povos. No relato abaixo, retirado de HECK e PREZIA (1999, p. 10) o motivo para essa “desidentificação” é explicado:

“Quero apresentar a vocês a história dos meus irmãos, [de nós] que somos chamados de “índios”. Chamam a gente assim, não sei se por ignorância, por desprezo ou simplesmente para dar um nome às coisas, pois para muita gente nós somos apenas uma coisa”. (Relato de Lourenço Txibae Ewororo, membro do povo indígena Bororo)

É preciso também ressaltar os estereótipos construídos pelo livro didático. Nele, assim como na mídia e na literatura, frequentemente encontramos duas visões, bastante contraditórias, do que vem a ser esse “índio genérico”. De acordo com MAHER (2005, p. 88), há, por um lado, uma visão satanizada: destituído de qualquer racionalidade e regido exclusivamente por instintos animalescos, os índios, dessa perspectiva, seriam sempre seres agressivos, traiçoeiros e não-confiáveis. Há, por outro, também uma visão do “índio” como sendo o “bom selvagem”, aquele que protege as florestas, que é ingênuo e puro. A autora ressalta que “ambas as noções são igualmente nocivas, perniciosas porque desumanizam o índio, subtraem dele aquilo que, na base, melhor o

define: a sua condição de ser humano”. Assim, seria importante que os livros didáticos contribuíssem para a desconstrução da imagem de “índio genérico” e considerasse as implicações da diversidade no interior do Brasil indígena.

Segundo OLIVEIRA (2002), os livros didáticos não podem ser vistos como artefatos “inocentes” ou banais quando se pensa no modo como eles representam o “outro”, pois essas representações envolvem uma questão de poder. Quando se fala no “outro”, o discurso vem sempre carregado de generalizações e, por ser construído por quem têm o poder, esse discurso é considerado seguro, estável e inquestionável. Segundo a autora, isso acontece por que:

“Olhares poderosos (como os lançados por políticos, viajantes, pesquisadores, entre outros) têm servido para instituir o ‘outro’ como diferente, geralmente apontando traços físicos individuais como características coletivas, marcando que a instituição da diferença acontece com base na consideração dos valores e conceitos que aquele que institui tem de si e da cultura a que pertence”. (OLIVEIRA, 2002, p.29).

Os sujeitos tidos como diferentes são considerados, quase sempre, como inferiores, levando a crer que a diferença é algo ruim, desinteressada; os grupos sociais que fogem aos padrões da sociedade dominante tendem a ser vistos como estranhos, esquisitos, inferiores. E é assim que os povos indígenas vêm sendo retratados no discurso pedagógico. Ocorre que o “respeito à diversidade” passou a fazer parte desse discurso nos últimos anos. Com a intenção de verificar se houve modificação no modo como a questão indígena é tratada no livro didático, examinamos uma série didática de Língua Portuguesa atualmente utilizada nas escolas brasileiras.

Os Povos Indígenas no Livro Didático

A série didática de Ensino Médio analisada é de autoria do professor Ulisses Infante, licenciado em Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo. A série, denominada *Textos: Leituras e Escritas – Literatura, Língua e Redação*, é composta por três volumes. Cada volume é dividido em três seções: *Para Ler a Literatura*, na qual o autor geralmente introduz um gênero literário e trata da história da literatura no Brasil; *Do Texto ao Texto*, que visa dar continuidade ao tópico anterior e introduzir propostas de produção de texto; e, por fim, *Gramática Aplicada aos Textos*, que apresenta regras de gramática.

Volume I – Destinado à primeira série do Ensino Médio.

Esse volume inicia-se com uma unidade dedicada ao tema *cultura*. Nessa unidade, encontramos um texto de Waldenir Caldas intitulado *O que todo cidadão deve saber sobre cultura*. Chamou nossa atenção uma das seis perguntas que visam analisar a capacidade interpretativa do aluno: “Como membro de uma comunidade, você utiliza a língua e reconhece os usos, costumes e valores dessa comunidade. Pode-se dizer então que você é um ‘ser cultural’? Por quê?”. Reconhecemos aí uma possibilidade interessante de promover, junto aos alunos, um entendimento do que seja “cultura”, um conceito sobre o qual muitos têm idéias equivocadas (CUCHE, 1999). Além disso, a pergunta pode suscitar discussões importantes a respeito do relativismo cultural e do etnocentrismo. Para enfatizar ainda mais a diversidade cultural, a unidade ainda apresenta (p. 11) a poesia *Herança*, de Raul Bopp, que trata do início de nossa história e a contribuição de diferentes grupos étnicos para a formação da nossa nação. Logo em seguida (p.12), encontramos, ainda nessa mesma unidade, o primeiro texto que trata diretamente de um assunto relacionado aos povos indígenas. Trata-se de uma notícia do jornal *O Estado de São Paulo*, de 15 de agosto de 1991, denominada *Obesidade atinge índios do Xingu*. Essa reportagem descreve a mudança de hábitos alimentares dos indígenas do Xingu, o que tem acarretado nessas populações o surgimento de novas e sérias doenças, tais como diabete e a hipertensão. A reportagem relaciona o aparecimento dessas doenças ao contato desses povos com a “civilização” (aspas nossas). Consideramos louvável, que esse livro didático trate de uma questão enfrentada, contemporaneamente, por uma população indígena real. É preciso apontar, entretanto, que, apesar da evidente preocupação da autora em abordar problemas de saúde entre os povos indígenas do Xingu, seu texto não é neutro: ao afirmar, em certo ponto, que essas pessoas estão ficando cada vez mais sedentários, pois muitas “preferem usar uma bicicleta para comprar macarrão nos armazéns próximos do parque a empregar algum esforço físico para caçar”, percebe-se uma crítica sutil ao modo como os comportamentos culturais vêm sendo modificados no Xingu. Isso pode reforçar, junto aos alunos, a idéia de que as culturas indígenas, para serem consideradas como tais, têm que permanecer estáticas, não podem mudar. Muito mais importante teria sido a reportagem apresentar as razões da mudança que relata (escassez de caça devido a ações predatórias de desmatamento ao redor do parque, por exemplo). Como isso não foi feito, o que fica é a imagem do índio como um indivíduo preguiçoso. É verdade que o autor do livro didático oferece ao professor a oportunidade de discutir com seus alunos, novamente, o conceito de cultura, já que, logo após o texto aparece: “Depois de ler atentamente o texto acima, discuta com seus colegas as relações entre os fatos nele apresentados e o conceito de cultura que estudamos”. Caso o professor não tenha, ele mesmo uma visão estática de cultura, poderá levar os alunos a discutirem a necessidade

de mobilidade e adaptação de valores e costumes dentro dos sistemas culturais, levando-os, assim, a uma leitura crítica do texto.

Ainda em relação à questão cultural, no tópico intitulado *Unidade e Variedade*, Infante traça um panorama da história da língua portuguesa mostrando em que países ela é falada e explicando os diversos fatores que levaram ao surgimento de suas variedades. Entretanto, o autor trata o Brasil como se esse fosse um país monolíngüe, posto que em momento algum ressalta a existência de aproximadamente 213 línguas dentro do território nacional, sendo que por volta de 180 destas línguas são indígenas.

Ainda nesse volume encontramos, na seção *Para Ler a Literatura*, página 282, uma referência à literatura jesuítica:

“Desde sua chegada ao Brasil, em 1549, os jesuítas se dedicaram à catequese dos índios e à educação dos colonos. A obra literária por eles produzida, portanto, está diretamente relacionada com os afazeres catequéticos e pedagógicos, raramente assumindo um caráter puramente artístico”.

Abaixo desse parágrafo, vê-se um quadro de Benedito Calixto, de 1920, denominado *Na cabana do Pindobucu*. Com base nesse quadro, Infante ressalta a visão romântica e idealizada do índio e do processo de sua colonização, crítica raramente existente em livros didáticos (OLIVEIRA, 2002).

A última abordagem à temática indígena, nesse primeiro volume, se dá com o estudo da poesia épica na escola literária do Romantismo. Aqui, novamente, o autor discorre sobre a imagem excessivamente enobrecida e romantizada do índio nas obras *O Uruguai*, de Basílio da Gama, e *Caramuru*, de Frei José de Santa Rita Durão.

O que pensamos faltar, nesse volume, é a presença de literatura produzida pelos próprios povos indígenas. Ainda que o autor afirme que esse tema não cabe na unidade estudada, ele poderia ter criado uma outra unidade apresentar nem que fosse uma amostra dessa literatura que é, muitas vezes, desconhecida pelo aluno e, em alguns casos, até mesmo pelo professor.

Volume II - Destinado à segunda série do Ensino Médio.

Este volume enfoca a leitura e produção de alguns gêneros e escolas literárias, sendo a principal delas o Romantismo e o Realismo/Naturalismo. A temática indígena aparece, em um primeiro momento, com a poesia *Canção do Tamoio* de Gonçalves Dias e, em seguida, no comentário sobre esta poesia intitulado *O índio brasileiro: cavaleiro medieval vestido de penas*.

A análise de Infante a respeito da idealização da figura indígena vai ao encontro de um fenômeno que Lúcia Miguel Pereira chama de *bovarismo*. O

romantismo reproduz bem caracteristicamente o *bovarismo*, isto é, a idéia que o brasileiro faz de ser um povo mediterrâneo “transplantado” para o Brasil. O tratamento dado aos povos indígenas faz alusão, portanto, a esse fenômeno. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, “a valorização do selvagem foi uma forma de nacionalismo, mas de um nacionalismo especial, que queria um Brasil independente, sim, porém europeu”.

Na página 132, na seção *Leitura e Debate*, Infante propõe a seguinte atividade:

“O índio tem sido tema literário e artístico desde o Arcadismo; sua cultura e seu papel social têm sido discutidos desde o descobrimento. A partir do Modernismo, a figura do índio assume, na arte e na literatura, características distintas daquelas que o Romantismo criou. Leia a letra da canção ‘Que virá dessa escuridão?’, de Milton Nascimento e Fernando Brant, e discuta com seus colegas as diferenças e semelhanças entre o índio de Gonçalves Dias e o nela apresentado.”

Logo em seguida, encontramos um quadro de Glauco Rodrigues denominado *O índio verde e amarelo*, seguido por uma legenda que explica o modo, bastante diferente dos românticos, como esse pintor retrata tipos brasileiros. Ainda sob a temática do Romantismo no Brasil, o livro inicia uma discussão, a partir da página 158, a respeito do escritor José de Alencar, trazendo trechos de obras como *Iracema* e *O Guarani*. Para finalizar o tema sobre o romance nacionalista e indianista, o livro traz, ainda, um comentário sobre *O Guarani* intitulado *Em síntese*.

Percebe-se que, ao longo desse volume, Infante problematiza, de forma crítica, a visão distorcida e idealizada dos indígenas na literatura romântica. Em que pese o mérito dessa atitude, o autor não apresenta nenhum texto que narra a colonização vista da ótica dos próprios indígenas, o que seria interessante na formação crítica do aluno, pois eles poderiam contrapor o modo como diferentes textos literários interpretam um mesmo fato histórico. Tampouco aparece, nesse volume, menção aspectos das diferentes culturas indígenas: o volume não menciona, nem uma vez sequer, a variedade existente entre esses povos. A impressão que fica é que o índio contemporâneo continua sendo visto de forma genérica.

Volume III - Destinado à terceira série do Ensino Médio.

No terceiro volume de *Textos: Leituras e Escritas – Literatura, Língua e Redação*, o foco recai sobre o estudo da sintaxe, da produção de textos, das questões de vestibulares e, na literatura, dos pré-modernistas e modernistas. O autor do livro não traz absolutamente nada sobre os povos indígenas, talvez por

considerar ter esgotado a questão nos volumes 1 e 2. Um dos aspectos negativos da ausência desse tema no terceiro volume é a possibilidade de alguns alunos trabalharem com essa coleção apenas na terceira série do ensino médio. E, nesse caso, se os livros didáticos dos quais fizeram uso não trataram da temática indígena ou a enfocaram de maneira idealizada e preconceituosa, eles deixarão de refletir esse tema importante para sua formação para a cidadania.

Concluída nossa análise, pudemos perceber que a coleção preparada por Infante busca desconstruir a visão idealizada e de inferioridade que a maior parte da sociedade brasileira atribui aos povos indígenas. Porém, apenas essa desconstrução não nos parece suficiente. Seria necessário, ao nosso ver, que, ao menos no último volume da coletânea, o autor trouxesse a tona a diversidade existente entre os povos indígenas existentes em nosso país, bem como as especificidades culturais de alguns desses povos. Com isso, ele estaria oferecendo oportunidade para que os alunos pudessem refletir sobre a temática indígena tal qual ela se apresenta atualmente no Brasil.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

- CUCHE, D. (1999). A noção de cultura nas Ciências Sociais. Bauru: Edusc.
- INFANTE, U. (2000). Textos, leitura e escritas: literatura, língua e redação, vols. 1, 2 e 3. SP: Ed. Scipione.
- HECK, E. e PREZIA, B. (1999). Povos indígenas: terra é vida. SP: Editora Atual (5ª edição).
- MAHER, T. M. (2005). “A criança indígena: do falar materno ao falar emprestado”. In: FARIA, A.L.G. de e MELLO, S. A. (orgs.). O Mundo da Escrita no Universo da Pequena Infância. Campinas, SP: Autores Associados, p. 75-108.
- MOITA LOPES, L. P. (2002). Identidades fragmentadas: a construção da raça, gênero e sexualidade na sala de aula. Campinas, SP: Mercado de Letras, SP.
- OLIVEIRA, T. S. de. (2002). “Olhares que fazem a ‘diferença’: o índio em livros didáticos e outros artefatos culturais”. In: *Revista Brasileira de Educação*, n. 22, p. 25-34.